



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou-nos um alerta para o estado de degradação do Estádio 1.º de Maio, em Braga, com destaque para os painéis de bronze com altos relevos da autoria do escultor Salvador Carvão da Silva d'Eça Barata Feyo. Estes são alvo de inscrições e deposição de lixo em buracos que entretanto se abriram na estrutura.

Sobre o dito estádio, inaugurado em 1950 e classificado como Monumento de Interesse Público em 2012, a comunicação social publicou notícia recente, na qual o arqueólogo Francisco Sande Lemos, membro da Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural a Natural (ASPA) defende que este “é um monumento que deve ser preservado e é evidente que não tem a manutenção necessária”. Segundo refere Carlos Dobreira - cidadão bracarense citado na mesma notícia e que inclusive enviou email no dia 7 de Fevereiro a diversas entidades do Governo, nomeadamente à Senhora Ministra da Cultura - tem recebido mensagens de “pessoas que mostram desagrado em relação à própria estrutura, desde a zona dos balneários à dos gabinetes. Está podre e há baldes a apanhar a água que cai dos tectos”.

O vereador responsável pelo pelouro da Gestão e Conservação do Espaço Público da autarquia, João Rodrigues reconhece que o estado da infra-estrutura não é o melhor mas garante existir “uma conservação feita ao longo de vários anos” para que “o estádio tenha as condições exigidas para o que é utilizado” e adianta ainda que se trata “de uma questão de vandalismo e de manutenção, mas vamos corrigir”. O autarca terá ainda revelado que “a Universidade do Minho está a fazer um levantamento para a reforma do edifício”.

O presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, terá avançado à comunicação social, em 2018, que havia a intenção de se iniciar obras que poderiam “custar cerca de cinco milhões de euros”. Contudo, com o referido estudo para o projecto de requalificação, cujos resultados serão conhecidos “ao longo dos próximos meses”, poderão os trabalhos ascender “até sete ou oito milhões de euros”, o que “dificulta ainda mais” esta intervenção, terá reconhecido Ricardo Rio.

A Lei n.º 107/2001, de 08 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. No seu artigo 15.º, ponto 5, lemos que “Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado”. Contudo, reconhece a importância da protecção e valorização para este tipo de monumento.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem a signatária, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações:

1 – Que trabalhos de conservação tem a autarquia levado a cabo neste equipamento e nos seus painéis?

2 - Existem diligências adicionais para garantir que a degradação não avance mais ainda, até existirem resultados do estudo de requalificação a decorrer?

3 - Existe algum relatório preliminar do estudo? E a sua calendarização, a existir, está a ser respeitada?

4 - Inicialmente, em 2018, as obras estariam orçadas em cerca de 5 milhões de euros, agora já se referem sete ou oito milhões. Como pretende a autarquia fazer face a esta despesa?

5 - Que utilização futura pretende a autarquia dar a este equipamento?

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

CRISTINA RODRIGUES(Ninsc)